

Tradição, espaço urbano e desigualdade: notas sobre a periferização da moradia social em Barbacena¹

Shirley Torquato ²

Mary Cristina da Silva ³

Resumo

Este artigo analisa as condições precarizadas e os processos de estigmatização territorial que incidem sobre empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) no município de Barbacena, Minas Gerais. A pesquisa tem como objeto central um conjunto habitacional específico, conhecido localmente como “Casinhas”, escolhido a partir de um mapeamento preliminar, realizado pela equipe como sendo o único projeto do PMCMV/PAC na cidade composto exclusivamente por casas — diferentemente dos demais empreendimentos verticais presentes no município. Essa singularidade arquitetônica confere ao caso uma relevância analítica particular, pois permite examinar de que maneira diferentes configurações espaciais, como casas isoladas em contraste com blocos de apartamentos, moldam práticas de ocupação do espaço, relações de vizinhança, rotinas domésticas e formas de organização cotidiana. A abordagem adotada possibilita compreender de forma mais abrangente as dinâmicas sociais, políticas e urbanas que estruturam o cotidiano das famílias beneficiárias, evidenciando como os modelos de habitação social no Brasil se articulam a processos de desigualdade, hierarquização e diferenciação simbólica no território. Nesse sentido, o conjunto das “Casinhas” revela-se um caso privilegiado para analisar a interface entre política habitacional, produção do espaço urbano e experiências locais de estigmatização, contribuindo para o debate sobre os limites e potencialidades dos programas de habitação social no Brasil contemporâneo.

Palavras – chave: Moradia social; Estigmatização territorial; Minha Casa Minha Vida.

Abstract

This article examines the precarious conditions and processes of territorial stigmatization affecting developments of the *Minha Casa, Minha Vida* (MCMV) housing program in Barbacena, Minas Gerais. The research focuses on a specific housing complex locally known as “Casinhas,” identified through preliminary mapping as the only PMCMV/PAC project in the city composed exclusively of single-story, single-family units—unlike the predominantly vertical developments that characterize the local implementation of the program. This architectural particularity grants the case significant analytical relevance, as it enables an investigation into how distinct spatial configurations—detached houses versus multi-unit apartment buildings—shape patterns of space occupation, neighborly relations, domestic routines, and everyday forms of social organization. By exploring these dimensions, the study analyzes how the materiality of social housing contributes to the construction of belonging and the production of stigma, often associated with

¹ "Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2026.

² Doutora em Antropologia pelo PPGA- UFF. Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, unidade Barbacena.

Pesquisa realizada com amparo do Edital 15/2024 (Cnpq/UEMG).

³ Discente de graduação do curso de Serviço Social UEMG.

peripheral location, housing typologies, and the social representations directed at residents. This approach allows for a broader understanding of the social, political, and urban dynamics structuring the daily lives of beneficiary families, highlighting how the physical design of the development intertwines with processes of inequality, hierarchy, and symbolic differentiation within the territory. In this sense, the “Casinhas” complex offers a privileged case for examining the intersections between housing policy, urban space production, and local experiences of stigmatization, contributing to ongoing debates on the limits and potentialities of contemporary social housing programs in Brazil.

Key words - Social housing; Territorial stigmatization; Minha Casa Minha Vida; Production of space; Barbacena.

Introdução

As moradias sociais e as periferias, no contexto brasileiro, mantêm uma relação intrínseca, estruturada pela desigual produção e ocupação do espaço urbano. Nesse sentido, a análise do conjunto das “Casinhas” na cidade de Barbacena, bem como dos demais empreendimentos do MCMV na maior parte das cidades brasileiras, significam a possibilidade de se entender um microcosmo capaz de levar a compreensão das dinâmicas relacionadas a moradia social no Brasil.

Barbacena é um município do interior de Minas Gerais que, segundo dados do IBGE, possui aproximadamente 129.695 habitantes, configurando-se como uma cidade de porte médio na região do Campo das Vertentes. Apesar de sua relevância regional, o município enfrenta importantes desafios relacionados à oferta de serviços públicos, à dinâmica de expansão urbana e à efetivação de políticas habitacionais capazes de atender às demandas de sua população. Nesse contexto, a Fundação João Pinheiro (2025)⁴ destaca que Minas Gerais apresenta um dos maiores déficits habitacionais do país, resultante de processos estruturais como urbanização acelerada, desigualdade de renda e

⁴ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). *Déficit habitacional recua 14% em Minas Gerais*. 2025. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-recua-14-em-minas-gerais/>. Acesso em: 1 dez. 2025.

descontinuidade das políticas públicas, situando municípios como Barbacena diante de um quadro complexo de acesso à moradia adequada.⁵

O entendimento acerca das moradias periféricas na cidade ganha profundidade quando situada no horizonte interpretativo proposto por José Murilo de Carvalho (1966), que problematiza a formação histórica de Barbacena articulando as relações entre o poder político, as hierarquias sociais e a organização do espaço urbano desde o século XIX. Em seu estudo sobre a cidade, o autor argumenta que ela se constituiu a partir de uma lógica marcada pela concentração fundiária, pelo peso das elites agrárias e pela centralidade de práticas clientelistas na administração pública. Essa estrutura de poder, que definia quem tinha acesso à terra, aos recursos e ao centro urbano, moldou de maneira duradoura a configuração socioespacial do município. Não muito diferente do processo de divisão territorial das demais cidades brasileiras marcada pela ocupação desigual no que se refere a concentração de renda.

Ao se observar as moradias periféricas atuais — como os conjuntos vinculados ao Minha Casa Minha Vida (MCMV) e ocupações situadas em áreas distantes do núcleo urbano — percebe-se a permanência dessa dinâmica histórica. Assim como Carvalho mostra que o crescimento urbano de Barbacena se deu por meio de decisões políticas concentradas nas mãos de poucos grupos locais, atualmente a expansão da cidade ocorre frequentemente por meio de políticas habitacionais implementadas em áreas de menor valor de mercado, via de regra estigmatizadas pela distância e/ou pobreza, revelando uma continuidade do padrão de segregação socioespacial.

Carvalho destaca que Barbacena historicamente se estruturou como um centro administrativo e militar, cujo prestígio urbano se concentrava na área central, enquanto os grupos populares eram empurrados para as franjas do município. Esse movimento, de natureza tanto econômica quanto simbólica, é fundamental para compreender a atual configuração de bairros periféricos como Nova Cidade, Grogotó e os conjuntos do MCMV. Nesses territórios, a distância física do centro — já assinalada por Carvalho

⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Barbacena – MG: panorama*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/barbacena.html>. Acesso em: 1 dez. 2025.

como elemento organizador das desigualdades locais — permanece associada a uma distância social: menor oferta de serviços públicos, infraestrutura deficitária, baixa presença do Estado e estigmatização moral dos moradores.

Ao relacionar o passado descrito por José Murilo de Carvalho com o presente, torna-se evidente que a periferização das moradias em Barbacena não é apenas um produto contemporâneo das políticas públicas habitacionais, mas a atualização de uma longa tradição da produção desigual do espaço urbano. As periferias atuais expressam, assim, a continuidade de um modelo de cidade no qual a distribuição do território segue refletindo relações de poder, distinções sociais e processos de exclusão que vêm desde o século XIX. Nesse sentido, o estudo das moradias periféricas em Barbacena, quando iluminado pela interpretação de Carvalho, revela não apenas o resultado da urbanização recente, mas também as raízes profundas que articulam política, território e desigualdade na história da cidade.

Após esse prólogo a respeito da cidade, a pesquisa - atualmente em desenvolvimento- busca analisar as condições socioeconômicas e infraestruturais das moradias, do bairro Nova Cidade e as redes de sociabilidade estabelecidas entre os moradores, os conflitos de vizinhança e as relações construídas com o entorno urbano mais amplo, de modo a identificar desafios, estigmas, formas de poder, limites e potencialidades que configuram o território. Essa abordagem permite não apenas caracterizar o empreendimento das Casinhas, mas compreender os processos sociais mais amplos que atravessam a política habitacional e a experiência urbana das famílias beneficiadas.

Metodologia adotada

A metodologia adotada neste trabalho baseia-se em uma abordagem estruturada a partir do trabalho de campo etnográfico, através a observação do espaço, conversas e entrevistas com moradores e atores sociais relevantes no campo, como trabalhadores e gestores públicos. A pesquisa, financiada pelo CNPq, teve início em outubro de 2024, após o mapeamento preliminar dos conjuntos habitacionais construídos no âmbito do PAC e do programa Minha Casa Minha Vida na região. Paralelamente às observações empíricas, desenvolvemos uma análise ancorada na literatura antropológica e nos estudos urbanos. Dialogamos ainda, com a crítica urbana formulada por exemplo, por Erminia

Maricato (1997) e Adauto Cardoso (2013), cuja análise sobre a produção desigual do espaço urbano ilumina o contexto social e territorial no qual o conjunto habitacional se insere.

Ao longo do processo de pesquisa, muitas questões emergiram, especialmente aquelas relacionadas aos estigmas territoriais, às fronteiras simbólicas e às divisões internas entre grupos que estruturam a vida no bairro. Essas dinâmicas, evidenciadas nas interações cotidianas, revelaram a importância de recorrer à perspectiva de Norbert Elias e John Scotson (1965) sobre os estabelecidos e *outsiders*, para analisar como hierarquias locais, distinções morais e disputas por respeitabilidade moldam relações de pertencimento e exclusão. De modo complementar, a noção de estigma, desenvolvida por Erving Goffman (1988), mostrou-se crucial para compreender como determinados marcadores simbólicos — associados à localização periférica, ao programa habitacional ou às identidades atribuídas aos moradores — operam na produção e reprodução de desigualdades e classificações sociais no território. Essas formulações ampliaram significativamente o escopo analítico da pesquisa, permitindo captar os processos sociais que atravessam e dão sentido à vida cotidiana no Conjunto das “Casinhas”.

Sendo assim, o objeto central desta pesquisa é um conjunto habitacional do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), conhecido popularmente como “Conjunto das Casinhas” localizado na periferia urbana de Barbacena, no bairro Nova Cidade. Composto por 290 unidades habitacionais, o empreendimento se distingue por não possuir uma denominação oficial — característica que, como observam Luciana Lago (2011) e Ermínia Maricato (1997), a ausência de um nome formal tende a reforçar processos de estigmatização e invisibilidade institucional frequentemente associados à produção habitacional destinada às camadas populares. A referência por uma alcunha popular, o que reforça para sua percepção como espaço periférico, secundário e socialmente desvalorizado.

Antes de analisar especificamente o Conjunto das “Casinhas”, é fundamental contextualizar o bairro onde ele se insere, bem como compreender a relevância dessa localização para a produção das simbologias urbanas que marcam o cotidiano da cidade e das populações que ali vivem. A posição territorial do conjunto não apenas condiciona o acesso dos moradores a serviços e infraestrutura, mas também influencia a forma como o bairro é percebido, nomeado e representado socialmente, contribuindo para a

construção de sentidos, estigmas e pertencimentos que atravessam as relações estabelecidas no território.

O campo empírico

Ao ingressarmos pela primeira vez no campo e percorrermos as ruas do bairro Nova Cidade tornou-se evidente a presença de um amplo terreno tomado pela vegetação, sem qualquer edificação, configurando aquilo que Magnani (2002) descreve como um “vazio urbano”, espaço cuja ausência de uso ou integração revela tanto a lógica fragmentada da cidade quanto seus processos de marginalização territorial. Ao fundo, observamos um conjunto disperso de casas, poucas pessoas em circulação e um silêncio que marcava a rotina local.

No horizonte, saltava os olhos alguns blocos inacabados de um empreendimento do Minha Casa Minha Vida — 256 unidades habitacionais que comporiam o Residencial São Francisco — cuja construção foi interrompida e permanece abandonada. A paisagem do abandono, como apontaria Augé (1994), intervém no modo como os habitantes produzem sentidos sobre o lugar, afetando sua experiência territorial e suas representações sobre pertencimento e valor urbano. Segundo relatos colhidos no campo, o principal motivo para a paralisação definitiva da obra foi a falência, em 2013, da empresa licitada para sua execução. A permanência dessa estrutura inacabada reforça a leitura de Lefebvre (2001) sobre a produção desigual do espaço urbano, na qual projetos estatais interrompidos não apenas materializam a incompletude das políticas públicas, mas também deixam marcas simbólicas e sociais que atravessam a vida dos moradores e reforçam dinâmicas de segregação e estigma.

Como naquela área não havia moradores — até porque uma empresa havia sido contratada para vigiar o local e impedir ocupações irregulares —, optamos por explorar o entorno. Foi nesse percurso que nos deparamos com o peculiar Conjunto das Casinhas. Diferentemente do que se poderia supor, as unidades não estavam dispostas de forma contínua ou concentrada em um único ponto. Em vez disso, encontravam-se espalhadas em pequenos agrupamentos distribuídos por diferentes setores do terreno, o que tornava sua percepção espacial mais fragmentada e, por conseguinte, dificultava a compreensão imediata da lógica de organização do conjunto.

Uma breve etnografia do bairro Nova Cidade

O bairro Nova Cidade possui uma trajetória marcada por processos históricos e políticos que influenciaram diretamente sua configuração urbana e social. Sua origem, de acordo com relatos de moradores antigos, remonta a uma grande fazenda que, na década de 1990, foi doada pela administração/ gestão do Estado de Minas de Gerais ao município de Barbacena. Nesse período, a prefeitura licitou uma empresa para a realização de terraplanagem, a Vicol - e, posteriormente, promoveu a distribuição de lotes a moradores da cidade e de municípios vizinhos, em um contexto descrito pelos próprios residentes como associado a práticas clientelistas em períodos eleitorais. Tal dinâmica evidencia o que Hobsbawm (1995) caracteriza como o uso político do território, no qual a gestão e a doação de terras tornam-se instrumentos de construção de alianças e fidelidades locais. O remanescente dessa área foi destinado, em 2008, à implantação do empreendimento vinculado ao Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV).

A infraestrutura do bairro é reiteradamente descrita e observada como precária frente à demanda gerada pelas famílias beneficiadas pelas moradias. Embora exista água encanada e a maior parte das vias seja asfaltada, a oferta de serviços públicos é restrita, sobretudo no que diz respeito ao transporte coletivo, marcado por atrasos e baixa cobertura. Além disso, o bairro é frequentemente percebido pelos próprios moradores como “perigoso” e “longe de tudo”. Tais percepções reforçam fronteiras simbólicas internas à própria Barbacena, produzindo uma associação entre periferia física e desvalorização social. Essa dinâmica se aproxima, em certa medida, as análises de José Murilo de Carvalho (1966) sobre as hierarquias e distinções que historicamente estruturam o tecido social barbacenense. Assim como o autor demonstra que relações de poder locais se organizam a partir de redes de prestígio, proximidade e pertencimento, também aqui observamos que moradores de áreas mais centrais tendem a se referir ao Nova Cidade com desdém, medo ou distanciamento social, reforçando percepções estigmatizantes que associam o bairro à marginalidade, ao perigo e à ausência de urbanidade legítima. Essa dinâmica pode ser interpretada à luz das análises de Adalto Cardoso (2013), para quem a produção de habitação social no Brasil frequentemente resulta em territórios marcados por isolamento físico, baixa institucionalidade e fraca inserção urbana. Nesses termos, a forma pela qual o conjunto é nomeado — ou não nomeado — e a organização de seu espaço refletem processos mais amplos de construção

social da periferia, conforme analisam Luciana Lago (2000) e Milton Santos (2008), para quem a produção desigual do espaço urbano não se expressa apenas em termos materiais, mas também simbólicos.

A baixa circulação de pessoas no espaço público é um dos elementos mais marcantes do Nova Cidade. É possível caminhar por dezenas de metros e atravessar algumas de suas ruas, mesmo em dias comuns de semana, sem encontrar um único transeunte ao longo de uma hora. Esse cenário torna-se ainda mais significativo quando lembramos que o Nova Cidade é o sétimo bairro mais populoso de Barbacena, do total de 48 do município, e possui uma média de 3.800 moradores, o que tornaria plausível esperar maior movimento cotidiano.⁶ Aos finais de semana esse número aumenta consideravelmente, mas não deixa de ser uma constatação que causa surpresa. A rarefação da vida pública, portanto, não decorre apenas da densidade demográfica, mas revela um tipo particular de sociabilidade urbana.

Como observa Jane Jacobs (2011), a vitalidade das ruas depende da presença contínua de pessoas que produzem formas de vigilância mútua e interação cotidiana. No Nova Cidade, contudo, o esvaziamento das calçadas expressa o que Telles (2010) chama de “encolhimento do espaço público” nas periferias, onde medo, precariedade e ausência de serviços moldam condutas de retração. Esse fenômeno também dialoga com a análise de Caldeira (2000) sobre a segmentação urbana, na qual determinados territórios são associados ao perigo e à insegurança, produzindo barreiras simbólicas que limitam a circulação. À luz de Elias e Scotson (2000), o silêncio das ruas pode ser entendido como efeito das fronteiras morais que classificam o bairro como espaço de “outsiders”, reforçando isolamento e distanciamento social. Assim, o vazio do espaço público não indica simplesmente tranquilidade: ele expressa a forma como o bairro é socialmente produzido e como estigmas, desigualdades e percepções de risco organizam a vida urbana cotidiana.

A infraestrutura disponível no bairro revela-se insuficiente diante das demandas geradas pelas famílias beneficiadas pelo empreendimento. Embora exista abastecimento de água encanada e a maior parte das vias seja asfaltada, a existência de serviços públicos

⁶ Fonte: 93 FM. Centro é o bairro mais populoso de Barbacena. Confira lista. Disponível em: <<https://93fmbq.com.br/noticias/centro-e-o-bairro-mais-populoso-de-barbacena-confira-lista/>> Acesso em 1 dez. 2025.

básicos é inexistente ou inadequada, e força os moradores a irem para bairros vizinhos em busca de escolas para os filhos, postos de saúde ou ainda para efetuar atividades cotidianas, como a compra de alimentos e demais necessidades com maior oferta, evidenciando assim, uma desconexão entre o conjunto habitacional e a malha urbana consolidada — fenômeno amplamente discutido por Luciana Lago (2000) e Adalto Cardoso (2013) como expressão da produção periférica de habitação social no Brasil.

No campo educacional, o bairro dispõe de uma escola confessional que atende crianças do primeiro ao quinto ano, enquanto a educação infantil é oferecida em uma instituição vinculada à mesma escola, localizada próxima ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Os adolescentes que ingressam nos anos finais do ensino fundamental precisam deslocar-se até uma escola no bairro Ipanema e, posteriormente, ao cursarem o ensino médio, frequentar instituições situadas em bairros ainda mais distantes. Além do CRAS, o bairro conta com uma associação comunitária que oferece atividades extracurriculares, como capoeira e futebol, destinadas a crianças e adolescentes. A primeira Unidade Básica de Saúde está sendo construída no bairro somente em 2025.

A ausência de equipamentos públicos evidencia aquilo que Milton Santos (2008) descreve como a “urbanização precária”, em que a expansão física do território não é acompanhada pela implantação de serviços essenciais capazes de garantir a reprodução da vida cotidiana. O transporte público apresenta cobertura limitada, com relatos frequentes de atrasos e baixa frequência, especialmente no período vespertino, o que aprofunda a dependência dos moradores em relação a outras áreas da cidade.

O deslocamento contínuo para outros bairros reforça o sentimento de marginalidade e pertencimento subordinado, aproximando-se da análise de Caldeira (2000) sobre a fragmentação da cidade e as fronteiras simbólicas que organizam o acesso diferenciado aos serviços públicos. Ao depender de outros territórios para suprir necessidades básicas, os moradores do Nova Cidade experimentam o que Holston (2008) denomina “cidadania insurgente limitada”, uma condição em que direitos formais existem, mas sua efetivação é desigual e territorialmente condicionada.

A segurança pública constitui um dos principais desafios apontados pelos moradores do Nova Cidade. Relatos recorrentes mencionam a presença de tráfico de

drogas, práticas de agiotagem e outras formas de criminalidade que tensionam a convivência local e reforçam percepções de vulnerabilidade. Na porção mais antiga do bairro, contudo, observa-se uma dinâmica comunitária mais consolidada, marcada pela existência de pequenos comércios — como barbearias, mercearias e estabelecimentos informais — que funcionam como pontos de sociabilidade e contribuem para a produção de relações de vizinhança mais estáveis. Nessa área, a interação entre os residentes tende a ser mais frequente, indicando que a densidade de laços sociais varia significativamente dentro do próprio território.

Sobre as Casinhas

O Conjunto “Casinhas” foi originalmente projetado com 290 unidades habitacionais destinadas a famílias de baixa renda, majoritariamente enquadradas na Faixa 1 do programa. Cada unidade possui entre 35 e 39 m² divididos em dois quartos, sala, cozinha, banheiro, área externa, com teto e telha de barro e forro de PVC e sem muro. A distribuição das moradias ocorreu por meio de sorteio, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Os beneficiários arcaram com valores subsidiados, definidos de acordo com sua faixa de renda, neste caso, famílias com rendimento de até dois salários-mínimos mensais, o que assegurava prestações reduzidas e compatíveis com a capacidade financeira do público atendido.

No entanto, o histórico deste conjunto habitacional é marcado por conflitos e irregularidades que envolveram o Estado, a Caixa Econômica Federal, a construtora responsável e grupos identificados como invasores. A entrega das chaves estava marcada para julho de 2012, no entanto, as primeiras ocupações irregulares foram realizadas no início do referido ano por indivíduos provenientes de outras cidades, incluindo pessoas associadas ao tráfico de drogas e a práticas criminais, o que gerou insegurança entre os futuros beneficiários do empreendimento. Diante desse cenário, instalou-se entre os futuros moradores um clima de incerteza e insegurança quanto ao destino das unidades habitacionais. Temendo perder o direito às moradias que lhes seriam formalmente entregues, muitos beneficiários que haviam financiado suas casas por meio do Programa Minha Casa Minha Vida e da Caixa Econômica Federal decidiram quebrar as fechaduras e vidraças e ocupar os imóveis de maneira antecipada e com as obras não finalizadas, como forma de assegurar a posse e evitar que fossem apropriados por terceiros.

Essa ocupação precoce não apenas revela a fragilidade institucional do processo de implantação do conjunto, mas também evidencia como dinâmicas de medo, precariedade e disputa territorial atravessam a produção da moradia social no Brasil. Ao todo, cerca de 105 casas foram invadidas antes de sua conclusão e entrega oficial, revelando não apenas a fragilidade institucional na gestão do projeto, mas também a vulnerabilidade social que atravessa a implementação de políticas habitacionais, marcada por disputas, incertezas e processos de informalidade.⁷

Atualmente, as moradias apresentam condições bastante heterogêneas. Algumas foram amplamente modificadas pelos residentes, incorporando ampliações e reformas que alteraram significativamente o projeto inicial; outras se encontram abandonadas ou em ruínas, revelando processos de deterioração acelerada; enquanto um pequeno número ainda preserva características originais, como cercas de bambu improvisadas para demarcar os lotes. Essa diversidade material evidencia desigualdades no investimento familiar e na capacidade de manutenção das unidades habitacionais. Essa heterogeneidade mostra como condições de habitabilidade são produzidas não apenas pelo Estado, mas também pela capacidade dos moradores de “acumular melhorias”, como discute Bonduki (2011).

A Habitação saudável começa fora de casa

A noção de habitação saudável envolve múltiplas dimensões que ultrapassam a simples existência de uma unidade física. Como aponta Rolnik (2014), “morar não é apenas ter um teto, mas acessar os recursos da cidade que permitem uma vida digna”. Bonduki (2011) reforça essa perspectiva ao afirmar que políticas habitacionais devem “articular moradia, infraestrutura, equipamentos e oportunidades urbanas”, sob pena de aprofundar desigualdades. Para Lefebvre (2001), a habitabilidade está inscrita no “direito à cidade”, entendido como o direito de participar, usufruir e transformar o espaço urbano.

Ainda assim, a parte mais antiga do bairro apresenta formas mais consolidadas de sociabilidade, com a presença de pequenos comércios que funcionam como pontos de encontro. Como observa Magnani (2002), esses espaços estruturam “pedaços”,

⁷ Bom Dia Minas. Casas do programa ‘Minha Casa, Minha Vida’ são invadidas em Barbacena. Reportagem exibida no dia 25 JUL. 2012. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2058987/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

microterritórios nos quais se formam vínculos, reconhecimentos e rotinas compartilhadas, contribuindo para a produção de pertencimento.

Um bairro dividido

Nas conversas realizadas com moradores, comerciantes e funcionários da única escola do bairro, emergiram discursos marcados por fortes elementos de autopreservação, construção identitária e alteridade. O medo da violência, o receio diante de conflitos potenciais e a desconfiança em relação aos vizinhos aparecem com frequência, conformando o que Caldeira (2000) identifica como “gramática do medo” — uma forma de narrar e interpretar a vida urbana a partir da insegurança cotidiana. Esses sentimentos geram práticas de cautela e autodefesa, influenciando desde a circulação no bairro até a maneira como se estabelecem relações de vizinhança. Ao mesmo tempo, como argumenta Telles (2010), a sociabilidade nas periferias urbanas é atravessada por ambivalências, onde convivem proximidade e distanciamento, solidariedade e estranhamento.

A dinâmica social observada no Nova Cidade revela processos de distinção, hierarquização e produção de fronteiras sociais que se alinham ao modelo analítico de Elias e Scotson (2000). De um lado, encontram-se aquele grupo que identificamos como “estabelecidos”: moradores antigos do território e residentes dos bairros adjacentes, como Ipanema e Nova Suíça, além daqueles que adquiriram seus lotes de forma privada e construíram suas casas. Esses grupos mobilizam discursos que reforçam a legitimidade de sua presença — “aqui eu comprei” — acionando categorias morais associadas ao mérito, ao esforço pessoal e à antiguidade como fundamentos de pertencimento legítimo ao território.

Do outro lado estão os “outsiders”: os moradores do conjunto habitacional conhecido como “as casinhas”, beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida. Estes são frequentemente percebidos como receptores de ajuda estatal, o que produz um enquadramento moral que os associa à dependência, à vulnerabilidade e à ausência de mérito. A fronteira simbólica entre “quem comprou” e “quem ganhou”, expressa em falas como “aqui as casas são compradas, nós não somos das casinhas”, revela a constituição de hierarquias morais que estruturam relações de valor social no bairro.

No entanto, as desigualdades não se restringem ao contraste entre estabelecidos e outsiders. Entre os próprios moradores das casinhas surgem distinções internas que evidenciam disputas por reconhecimento, valores e posições dentro do grupo. Moradias ampliadas, fachadas refeitas, muros erguidos e reformas internas tornam-se marcadores simbólicos de esforço individual e capacidade de investimento — categorias que, conforme Bourdieu (1989), funcionam como formas de capital simbólico, utilizadas para afirmar distinções mesmo entre aqueles que compartilham um ponto de partida material semelhante.

Essas melhorias revelam diferentes modos de engajamento dos moradores no território, e aqui as contribuições de Laurent Thévenot (2006, 2014) são fundamentais. Para o autor, os sujeitos acionam diversos regimes de envolvimento — familiares, domésticos, cívicos, práticos, estéticos — para justificar suas ações e construir sua posição no mundo social. No Nova Cidade, as reformas e melhorias nas casas constituem não apenas investimentos materiais, mas formas de engajamento prático e moral: expressam cuidado com o lar, compromisso com o futuro e distinção perante vizinhos.

Percepção dos moradores sobre o bairro: *É ruim, mas é bom*

As narrativas dos moradores revelam uma série de ambivalências que estruturam a experiência cotidiana no Nova Cidade. Muitos descrevem o bairro como um lugar “tranquilo”, mas simultaneamente afirmam que o perigo estaria associado aos moradores mais recentes — “gente que veio não sei de onde” — ou aos residentes que vivem “lá pra cima”, marcando espacialmente a percepção de risco. A desconfiança aparece como elemento recorrente: vários entrevistados relatam não manter relações próximas com os vizinhos, pois “não se pode confiar em ninguém”. Essas falas evidenciam uma dinâmica de classificação moral e territorial que produz fronteiras internas, aproximando-se da lógica analisada por Elias e Scotson (2000), na qual os “estabelecidos” mobilizam distinções simbólicas para diferenciar-se dos “recém-chegados”.

Os moradores mais antigos reforçam essa distinção temporal: afirmam que o bairro “era melhor”, “mais bonito”, que o rio era limpo e que era possível circular sem receio dos desconhecidos. Essa memória idealizada do passado funciona como um instrumento de contraste moral, no qual o presente é associado à perda de ordem, familiaridade e segurança — processo observado por Caldeira (2000) nas narrativas

urbanas contemporâneas, em que a insegurança reforça discursos de nostalgia e de fechamento social. A chegada de novos moradores é percebida como responsável pela degradação do ambiente e pela fragilização das redes de confiança.

Por outro lado, os moradores das casinhas — frequentemente vistos como outsiders pelos residentes mais antigos — também reproduzem classificações internas. Para muitos deles, “a zona mais pra cima é mais perigosa”, enquanto a área onde vivem é descrita como tranquila e conhecida. Esse processo mostra que a distinção entre estabelecidos e outsiders não é unidirecional: mesmo grupos estigmatizados constroem suas próprias fronteiras simbólicas, identificando áreas de risco, zonas de circulação e vizinhanças confiáveis ou não, reafirmando o que Magnani (2002) denomina como a formação de “pedaços” urbanos.

Ao mesmo tempo, os moradores mais antigos relatam evitar circular na parte mais nova do bairro porque “ninguém se conhece”. Essa recusa em transitar por áreas que não fazem parte de sua rede de relações demonstra como, nas periferias urbanas, confiança e reconhecimento são fundamentais para a construção da segurança cotidiana — como argumenta Telles (2010). Assim, a distinção entre “lá pra cima” e “aqui embaixo”, entre “os de antes” e “os de agora”, entre “quem comprou” e “quem ganhou”, expressa um território internamente segmentado, no qual o medo, a desconfiança e a busca por familiaridade moldam a circulação e a sociabilidade.

Essas falas revelam, portanto, que as percepções de perigo e tranquilidade não são apenas reflexos de criminalidade objetiva, mas parte de um sistema de classificações sociais e morais que organiza a vida cotidiana, define fronteiras internas e estrutura relações de pertencimento. Trata-se de um processo típico de estigmatização territorial (Wacquant, 2008), no qual segmentos do próprio bairro são hierarquizados pelos seus moradores, produzindo uma geografia afetiva e moral que atravessa o espaço e as relações sociais.

Considerações finais

A baixa sociabilidade entre vizinhos e os elevados níveis de desconfiança observados nas interações cotidianas se aproximam das análises de Vera Telles (2010), que descreve como relações sociais nas periferias são frequentemente marcadas por

ambivalências — simultaneamente necessárias e evitadas, baseadas em proximidade física, mas atravessadas por incertezas morais. Nesse cenário, a casa emerge não apenas como unidade habitacional, mas como principal espaço de sociabilidade, proteção e produção de sentido. Magnani (2002) aponta que, quando o espaço público não oferece condições adequadas de convivência, a vida social tende a se reconfigurar em “pedaços” privados ou semi-privados — a casa, o quintal, a rede de parentes próximos e, mais recentemente, os ambientes digitais. O uso intensivo da internet e de redes sociais, observado entre os moradores, reforça a ideia de que a casa cumpre uma função de refúgio e compensação simbólica diante do isolamento externo. Apesar das dificuldades, muitos moradores expressam satisfação em viver no bairro, revelando uma relação complexa e ambivalente com o espaço.

Embora exista uma distinção moral entre “estabelecidos” e “outsiders”, conforme descrito por Elias e Scotson (2000), ambos os grupos compartilham as mesmas dificuldades estruturais impostas pelo território: precariedade de serviços, insegurança, isolamento e falta de oportunidades. Assim, apesar das fronteiras simbólicas e classificações internas, há uma condição estrutural comum que atravessa todos os moradores do Nova Cidade, reforçando que o problema é apenas social, urbanístico e político.

Referências bibliográficas

BARBACENA ONLINE. Moradores podem ter que desocupar imóveis do Minha Casa Minha Vida. 17 out. 2023. Disponível em: <https://barbacenaonline.com.br/noticia/2023/10/17/moradores-podem-ter-que-desocupar-imoveis-do-minha-casa-minha-vida/>. Acesso em: 20 out. 2025.

BARBACENA ONLINE. Obras do Minha Casa Minha Vida podem ser retomadas no Nova Cidade. 5 fev. 2020. Disponível em: <https://barbacenaonline.com.br/noticia/2020/02/05/obras-do-minha-casa-minha-vida-podem-ser-retomadas-no-nova-cidade/>. Acesso em: 20 out. 2025.

BONDUKI, Nabil. *Habitação social no Brasil: trajetória, avanços e desafios*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CALDEIRA, Teresa P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.

CARDOSO, Adauto Lúcio. “Produção da moradia social e periferização nas cidades brasileiras”. In: _____ (org.). *Habitação social na América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *Barbacena: a família, a política e uma hipótese*. Revista Brasileira de Estudos Políticos, n.º 20, jan. 1966, p. 153-193

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914–1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

JORNAL EXPRESSO DE BARBACENA. 256 apartamentos do Minha Casa Minha Vida abandonados em Barbacena MG [vídeo]. YouTube, 05 ago. 2025. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=p_r-lfDicuw. Acesso em: 27 nov. 2025.

LAGO, Luciana Corrêa do. “Habitação social e segregação urbana”. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 4, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2016.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, 2002.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1997.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015. (se estiver usando a edição revista de 2019, ajustar o ano)

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THÉVENOT, Laurent. “Formas de Engajamento e Regimes de Familiaridade”. In: BESSA, D.; AMARAL, E.; HERSCHMANN, M. (orgs.). *Sociologia pragmática: debates e aplicações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2008.